

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito da evolução da administração pública, das transformações do papel do Estado, das práticas contemporâneas de governança e da participação social na gestão pública, julgue os itens a seguir.

- 51 O empreendedorismo governamental pressupõe que o Estado atue de maneira inovadora, buscando soluções criativas para problemas públicos e estimulando a cooperação entre governo, sociedade civil e setor privado.
- 52 Os mecanismos participativos de gestão pública, como conselhos gestores de políticas públicas e orçamento participativo, são instrumentos institucionais voltados principalmente à ampliação da legitimidade das decisões governamentais, contudo não são considerados mecanismos institucionais de *accountability* ou de controle social sobre a atuação do Estado.
- 53 No paradigma pós-burocrático da administração pública, o aumento da autonomia gerencial dos gestores públicos implica a redução dos mecanismos de responsabilização e controle, uma vez que a eficiência administrativa depende da diminuição da supervisão institucional.
- 54 A administração pública burocrática, baseada no modelo racional-legal, caracteriza-se pela impessoalidade, pela hierarquia formal de autoridade e pela profissionalização da função pública, tendo sido concebida historicamente como uma reação ao patrimonialismo, que confundia o patrimônio público com o privado.

Considerando os princípios contemporâneos de gestão pública, os mecanismos de governança e governabilidade e os instrumentos de excelência na prestação de serviços públicos, julgue os itens seguintes.

- 55 A gestão por resultados na administração pública caracteriza-se pela definição prévia de objetivos e indicadores de desempenho vinculados às políticas públicas, sendo acompanhada por mecanismos de monitoramento e avaliação que buscam aferir a efetividade das ações governamentais.
- 56 Apesar de muitas vezes ser associado a práticas políticas informais e de baixa transparência, o clientelismo também pode ser interpretado como uma estratégia de mobilização política em contextos nos quais a confiança institucional é frágil e o governante busca garantir apoio popular.
- 57 A gestão de pessoas por competências, amplamente difundida nas reformas administrativas contemporâneas, fundamenta-se na padronização das atribuições funcionais, de modo a assegurar a previsibilidade e uniformidade nos processos administrativos.

Um governo estadual brasileiro instituiu determinado programa voltado à redução das desigualdades socioeconômicas em municípios com baixo índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM).

A iniciativa surgiu após mobilização de organizações da sociedade civil e de conselhos municipais de assistência social, que pressionaram o governo a incluir o tema da desigualdade territorial na agenda pública.

O programa foi estruturado em parceria com prefeituras e organizações da sociedade civil, envolvendo transferências intergovernamentais, capacitação de gestores municipais e implementação de projetos locais voltados à geração de renda, ao acesso a serviços públicos e ao fortalecimento da participação comunitária.

Para acompanhar os resultados do programa, o governo estadual instituiu um sistema de monitoramento baseado em indicadores sociais e econômicos, bem como avaliações periódicas conduzidas por universidades públicas.

Além do sistema de indicadores sociais e das avaliações conduzidas por universidades públicas, o governo estadual determinou que a expansão do programa fosse precedida por estudos econômicos que comparassem diferentes estratégias de intervenção pública. Entre as metodologias adotadas, estavam a análise custo-benefício e a análise custo-efetividade, utilizadas em conjunto para orientar decisões sobre a ampliação do programa para novos municípios.

A partir desse caso hipotético, julgue os próximos itens, relativos ao ciclo de políticas públicas, ao planejamento governamental e à avaliação de políticas públicas.

- 58 A utilização de indicadores sociais e econômicos para monitoramento do programa e a realização de avaliações periódicas por universidades públicas caracterizam procedimentos típicos da etapa de implementação de políticas públicas.
- 59 A inclusão da desigualdade territorial na agenda governamental, motivada pela mobilização de organizações da sociedade civil e de conselhos municipais de assistência social, corresponde à etapa de construção da agenda no ciclo da referida política pública.
- 60 A descentralização administrativa associada à participação dos municípios na implementação das ações governamentais caracteriza arranjo institucional no qual os governos locais passam a gozar de primazia decisória sobre a execução das políticas públicas, cabendo ao governo estadual as funções complementares de financiamento e apoio técnico.
- 61 A utilização simultânea das análises custo-benefício e custo-efetividade indica que o governo busca comparar diferentes alternativas de intervenção pública a partir de metodologias equivalentes de avaliação econômica, ambas baseadas na mensuração monetária dos benefícios sociais produzidos pela política implementada.

Certa secretaria estadual de mobilidade urbana instituiu o Plano Estratégico Mobilidade 2030, com o objetivo de reduzir congestionamentos, ampliar o uso do transporte público e melhorar a qualidade ambiental nas cidades do estado.

Durante a elaboração do plano, a equipe técnica realizou uma análise SWOT, tendo identificado como força a existência de infraestrutura básica de transporte público, como fraqueza o crescimento acelerado da frota de veículos particulares, como oportunidade a disponibilidade de financiamento internacional para mobilidade sustentável e como ameaça a baixa integração entre modais de transporte.

Com base nessa análise, foi definido o mapa estratégico, estruturado conforme a metodologia BSC (*balanced scorecard*).

Após a elaboração do mapa estratégico, a secretaria realizou uma oficina técnica para priorização das iniciativas estratégicas do plano. Para isso, a equipe utilizou a matriz GUT, tendo atribuído pontuações aos principais problemas identificados no diagnóstico estratégico, entre os quais, baixa integração entre modais de transporte, deficiência de infraestrutura cicloviária e falta de capacitação técnica de gestores municipais.

Posteriormente, para detalhar a implementação das iniciativas priorizadas, a equipe elaborou planos de ação por meio da ferramenta 5W2H, tendo definido responsáveis, prazos, métodos de execução e estimativas de custos das ações previstas no plano.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens subsecutivos, em relação a planejamento estratégico, BSC e ferramentas de análise organizacional.

- 62** As metas relacionadas à redução do tempo de deslocamento urbano e à integração entre modais de transporte são exemplos de iniciativas estratégicas conforme a metodologia BSC, uma vez que descrevem as ações que deverão ser executadas para atingir os objetivos organizacionais.
- 63** A classificação do crescimento acelerado da frota de veículos particulares como fraqueza organizacional e da baixa integração entre modais de transporte como ameaça está conceitualmente adequada conforme a análise SWOT, uma vez que ambos os fatores se relacionam com a capacidade institucional da secretaria de formular e executar políticas públicas de mobilidade urbana.
- 64** No processo descrito no caso, a escolha da matriz GUT para priorização de problemas e da ferramenta 5W2H para detalhamento das ações estratégicas indica a utilização de instrumentos equivalentes de planejamento operacional, ambos voltados principalmente à definição de responsabilidades institucionais e de recursos necessários à execução das iniciativas estratégicas.

A respeito dos modelos de administração pública, das reformas administrativas do Estado brasileiro, de mecanismos institucionais de transparência, do controle social e de instrumentos contemporâneos de governança e gestão pública, julgue os itens a seguir.

- 65** As recentes reformas administrativas no Brasil têm buscado modernizar a gestão pública, com ênfase na integração de novas tecnologias e no fortalecimento dos mecanismos de participação cidadã.
- 66** A proliferação de conselhos, agências reguladoras, consórcios públicos e parcerias com organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) reflete um movimento de modernização e aprimoramento da governança estatal, na medida em que esses instrumentos de gestão compartilhada e cooperação interinstitucional têm como objetivo otimizar a execução de políticas públicas, melhorar a prestação de serviços e aumentar a eficiência administrativa.
- 67** As reformas administrativas implementadas no Brasil a partir da década de 90 do século XX buscaram redefinir o papel do Estado, substituindo parcialmente o modelo burocrático tradicional por práticas gerenciais mais orientadas para resultados.
- 68** No campo da *accountability* democrática, os mecanismos de controle social exercidos pelos cidadãos e pela sociedade civil organizada correspondem a formas de *accountability* horizontal, pois implicam fiscalização das ações governamentais por agentes externos ao Estado.
- 69** O planejamento prévio das contratações públicas e a adoção de mecanismos eletrônicos de compras públicas tendem a aumentar a eficiência das aquisições públicas; entretanto, na gestão de materiais do setor público, a mera existência de estoques não representa, por si só, evidência de ineficiência logística.
- 70** A Lei de Acesso à Informação, marco institucional na política de transparência pública brasileira, estabelece que o acesso à informação é a regra, e o sigilo, exceção, consolidando um modelo de administração pública orientado pela publicidade e pelo controle social.

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao ciclo das políticas públicas.

- 71** Na etapa de formulação de alternativas, analisam-se a implementação e o desempenho da política pública para a avaliação de seu estado e de seu efeito na redução do problema original.
- 72** A agenda formal, também conhecida como agenda sistêmica, é o conjunto de problemas percebidos como relevantes pela sociedade em geral.

Acerca da parceria entre governo e sociedade, bem como da Política Nacional de Governo Aberto, julgue os itens subseqüentes.

- 73** São características das redes de políticas públicas o controle disperso, as relações não hierárquicas, a auto-organização e a autonomia.
- 74** Cabe à Controladoria-Geral da União (CGU) exercer a Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Governo Aberto.
- 75** O aumento da disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais e o fomento à participação social em processos decisórios são diretrizes da Política Nacional de Governo Aberto.

No que diz respeito à análise do ambiente, aos objetivos estratégicos, à missão, à visão, aos valores e ao ciclo PDCA, julgue os itens seguintes.

- 76** O ciclo PDCA, também conhecido como ciclo de Deming, cujo objetivo é promover a melhoria contínua dos processos de qualquer organização, consiste em um circuito de quatro ações: projetar, dirigir, controlar e avaliar.
- 77** Os objetivos estratégicos, definidos como objetivos intermediários relacionados com áreas funcionais como finanças, recursos humanos e comunicação, servem para orientar o cotidiano operacional da organização.
- 78** A análise do ambiente externo é restrita e focada, centra-se em questões sob controle da organização e visa identificar seus pontos fortes e fracos.
- 79** Para a definição dos valores de uma organização, listam-se as diversas razões de existência dessa organização, o que permite a projeção de sua imagem futura.

No que concerne à gestão por resultados na produção de serviços públicos, julgue os próximos itens.

- 80** O paradigma da administração pública gerencial exige descentralização de funções, horizontalização de estruturas, incentivos à criatividade e formas flexíveis de gestão.
- 81** A administração pública gerencial considera o indivíduo como consumidor (ou usuário), sob o ponto de vista econômico, e como cidadão, sob o ponto de vista político.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao combate à corrupção e ao papel das instituições nas políticas públicas.

- 82** De acordo com o novo institucionalismo, as regras informais são essenciais para a compreensão da dinâmica política envolvida em um processo de políticas públicas.
- 83** Uma das principais dificuldades no combate à corrupção na administração pública é a dispersão dos mecanismos de controle entre diferentes entidades e órgãos.

Acerca dos indicadores de políticas públicas, julgue os seguintes itens.

- 84** Um indicador de produto diz respeito à entrega de bens e serviços ao público-beneficiário de determinada política pública, como, por exemplo, o número de crianças vacinadas em relação às metas estabelecidas em uma campanha específica.
- 85** Indicadores de eficácia fornecem informações sobre o atingimento de resultados estratégicos de longo prazo e sobre seus efeitos no público beneficiário.

Acerca das funções da administração, que contemplam planejamento, organização, direção e controle, julgue os itens seguintes.

- 86** O achatamento de uma estrutura organizacional, que a torna mais horizontal, resulta na imediata redução da amplitude de controle dos gestores remanescentes, facilitando a supervisão direta de suas equipes.
- 87** O controle preventivo atua diretamente sobre as entradas (*inputs*) do sistema organizacional com o objetivo de antecipar desvios antes do início das operações, distinguindo-se do controle simultâneo, que monitora as atividades em curso.

No que concerne ao planejamento estratégico e à análise SWOT, julgue os itens que se seguem.

- 88** A missão organizacional descreve o estado futuro ideal que a instituição almeja alcançar a longo prazo, ao passo que a visão define o seu propósito fundamental e a sua atual razão de ser perante a sociedade.
- 89** Em ambientes de negócios altamente voláteis, o planejamento estratégico deve priorizar a capacidade de adaptação contínua do negócio por meio de estratégias emergentes, em detrimento da rigidez dos planos de longo prazo tradicionais.

No que se refere aos tipos de departamentalização, julgue os itens a seguir.

- 90** A departamentalização por produtos é a estrutura mais indicada para ambientes organizacionais estáveis e previsíveis, uma vez que sua principal vantagem é a erradicação da duplicidade de recursos e a maximização da eficiência operacional.
- 91** A estrutura matricial, ao sobrepor a departamentalização funcional à de projetos ou produtos, rompe com o princípio clássico da unidade de comando, o que produz como vantagens diretas a mitigação de conflitos de autoridade e a simplificação do processo decisório.

A respeito de comportamento organizacional e competência interpessoal, julgue os itens subsequentes.

- 92** A assertividade na comunicação interpessoal caracteriza-se pela habilidade do indivíduo de expressar suas ideias e necessidades de forma direta e transparente, o que exige, em situações de conflito organizacional, a imposição pelo indivíduo de suas próprias convicções, para garantir a rápida resolução do problema.
- 93** O engajamento e o esforço do colaborador tendem a diminuir caso ele perceba que o sistema de avaliação da organização é incapaz de diferenciar o alto desempenho do desempenho mediano, independentemente do quão atrativas sejam as recompensas finais oferecidas pela empresa.

Acerca de gerenciamento de conflitos, julgue os itens a seguir.

- 94** A ausência prolongada de divergências e tensões no interior de uma equipe de trabalho é um forte indicador de maturidade e alta eficácia, devendo a liderança atuar para neutralizar precocemente qualquer princípio de oposição.
- 95** O estímulo intencional do conflito por parte do gestor é uma tática administrativa legítima para evitar que a equipe desenvolva uma concordância aparente e acrítica, fenômeno que compromete a qualidade da tomada de decisão.

Considerando os fundamentos da auditoria do setor público e os instrumentos de fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 96** O levantamento é o meio pelo qual o tribunal de contas conhece a organização de uma entidade para identificar objetos e áreas que demandem fiscalizações futuras.
- 97** Devido ao princípio da independência plena do controle externo, é vedado a auditor de tribunal de contas considerar ou utilizar em seu planejamento os resultados de trabalhos produzidos pela unidade de auditoria interna da entidade fiscalizada, sob risco de anulação do parecer técnico por vício de parcialidade.
- 98** A auditoria do setor público cumpre papel essencial na governança democrática, pois fornece informações independentes e baseadas em evidências sobre a gestão de recursos públicos, visando aumentar o grau de confiança dos cidadãos e demais usuários previstos nos relatórios da administração pública.
- 99** O objetivo da auditoria do setor público limita-se à verificação da legalidade e da conformidade contábil, não abrangendo a avaliação da eficácia e da eficiência dos programas governamentais, visto que o mérito administrativo é insuscetível de controle externo.

Acerca dos tipos de auditoria e das normas de auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 100** O conceito de risco de auditoria na auditoria financeira, conforme a ISSAI 200, refere-se à probabilidade de o auditor ser processado judicialmente por erros em seu relatório, independentemente de as demonstrações financeiras conterem ou não distorções relevantes.
- 101** A ISSAI 100 estabelece a estrutura de princípios fundamentais que regem a auditoria do setor público, fornecendo a base para as normas específicas de auditoria financeira, operacional e de conformidade, e é aplicável a todos os trabalhos de auditoria realizados pelas instituições superiores de controle (ISC).
- 102** Na auditoria de conformidade, o trabalho do auditor pode ser realizado sob duas perspectivas: a de atestação, em que o responsável pela gestão declara a conformidade e o auditor verifica essa declaração; ou a de reporte direto, na qual o próprio auditor avalia o objeto e relata a conformidade diretamente aos usuários.
- 103** A auditoria operacional deve abster-se de emitir recomendações propositivas ao final do relatório, limitando-se a apontar as falhas de eficiência encontradas, a fim de garantir a neutralidade do tribunal de contas e evitar interferência no mérito administrativo do órgão auditado.
- 104** As normas brasileiras de auditoria do setor público (NBASP), emitidas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), buscam a convergência das práticas de auditoria dos tribunais de contas do Brasil com as normas internacionais (ISSAI).

Em relação ao planejamento da auditoria governamental, julgue os itens seguintes.

- 105** Na auditoria do setor público, a determinação da materialidade deve fundamentar-se em critérios quantitativos, sendo a avaliação de aspectos qualitativos, como a natureza social ou política do objeto, restrita à fase de comunicação dos resultados.
- 106** No planejamento de auditoria, se o auditor elevar o nível de materialidade para uma conta contábil, ele assumirá maior tolerância a erros, o que, tecnicamente, permitirá uma redução na extensão dos testes substantivos de detalhe sem comprometer o risco de auditoria.
- 107** Na definição do escopo da auditoria, são estabelecidos os limites do trabalho, incluindo-se o período de tempo abrangido, as unidades administrativas e os processos específicos que serão submetidos ao exame do auditor.
- 108** A matriz de planejamento é o instrumento que organiza as questões de auditoria, os respectivos procedimentos de coleta e análise de dados, as fontes de informação e as possíveis limitações, servindo como roteiro estruturado para a fase de execução.
- 109** A utilização da amostragem não estatística é considerada pela ISSAI 100 falha técnica grave que prejudica a validade das conclusões do relatório, uma vez que a referida norma exige a aplicação de métodos probabilísticos em todos os testes de conformidade do setor público.

Julgue os itens subsequentes, relativos à execução e ao monitoramento da auditoria do setor público.

- 110** O monitoramento de uma auditoria operacional deve ser considerado concluído e o processo deve ser arquivado após o gestor auditado protocolar o plano de ação, uma vez que a responsabilidade pela implementação das melhorias sugeridas é exclusiva da administração, cessando a jurisdição do órgão de controle sobre o caso.
- 111** A inspeção física de ativos imobilizados no curso da execução da auditoria permite ao auditor obter evidência direta e fidedigna sobre a existência e a condição física do bem, contudo tal procedimento, isoladamente, é insuficiente para atestar a propriedade jurídica do ativo pela entidade pública, sendo necessária complementação por meio do exame documental.
- 112** A técnica de revisão analítica consiste na conferência aritmética detalhada de cálculos de impostos e somas de documentos fiscais, com o propósito de atestar a exatidão matemática de processos de liquidação da despesa pública.
- 113** A circularização, também denominada confirmação externa, consiste na obtenção de resposta escrita direta de um terceiro independente sobre informações relativas a saldos ou transações, sendo considerada técnica de alta confiabilidade por originar-se de fonte externa à entidade auditada.
- 114** Caso os testes de observância revelem que os controles internos da entidade são ineficazes para prevenir ou detectar distorções relevantes, o auditor deve, por imposição normativa, abster-se de realizar testes substantivos e deve declarar a impossibilidade de emitir opinião sobre o objeto, sob pena de vício na caracterização dos achados.
- 115** Por serem documentos que fundamentam a opinião do auditor, os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva da entidade auditada, devendo o tribunal de contas proceder à sua devolução integral logo após a homologação do relatório final.

Acerca das evidências de auditoria e da comunicação dos resultados de uma auditoria governamental, julgue os próximos itens.

- 116** Os relatórios de auditoria devem ser redigidos de forma clara, objetiva e concisa, de modo que os usuários previstos, desde gestores públicos até o cidadão comum, possam compreender as evidências e conclusões sem a necessidade de recorrer a conhecimentos técnicos profundos sobre a metodologia de auditoria utilizada.
- 117** A matriz de responsabilização é o instrumento técnico destinado a vincular a conduta do agente ao achado de auditoria; todavia, sua elaboração é facultativa nos casos em que o auditor constata descumprimento de norma legal ou regulamentar que, embora grave, não tenha resultado em dano efetivo ou prejuízo financeiro quantificável ao erário.
- 118** No âmbito da auditoria do setor público, a caracterização de um achado depende fundamentalmente da identificação de uma discrepância entre a situação encontrada pelo auditor, denominada condição, e o padrão de desempenho ou legalidade esperado, denominado critério.
- 119** A evidência de auditoria é considerada adequada quando fornece suporte razoável para a caracterização dos quatro atributos de um achado, sendo sua confiabilidade influenciada pela sua fonte e natureza, conforme as circunstâncias específicas em que foi obtida pelo auditor no curso dos testes.
- 120** Na estrutura lógica de um achado de auditoria, causa é o atributo utilizado para descrever as consequências negativas reais ou potenciais advindas da falha identificada, ao passo que o efeito deve identificar o motivo do descumprimento da norma ou do critério de desempenho pelo gestor.

Espaço livre
